

22. APROVAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A CONQUISTA VONTADES - ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES SENEGALESES EM PORTUGAL E A ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL E CULTURAL:

Submete-se à consideração do Executivo Municipal, a aprovação do memorando de entendimento, em anexo.

PROPOSTA

APROVAÇÃO DO MEMORANDO DE ENTENDIMENTO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E A CONQUISTA VONTADES – ASSOCIAÇÃO DOS IMIGRANTES SENEGALESES EM PORTUGAL E A ASSOCIAÇÃO CENTRO SOCIAL E CULTURAL LUSO-UCRANIANO NO ÂMBITO DO PROJETO PARCERIA PARA A INTEGRAÇÃO


Considerando:

- Que o Município de Braga apresentou uma candidatura no âmbito do aviso n.º 98/FAMI/2021, denominada Parceria para a Integração, a qual veio a ser aprovada para financiamento em 75%, com investimento elegível de € 108.840,93;
- Que o projeto em causa preconiza a promoção da integração de nacionais de países terceiros (NPT) no concelho de Braga, enquanto comunidade de acolhimento, envolvendo os atores locais, públicos e privados, na sua definição, execução, monitorização e avaliação. Além disso, está prevista a reformulação do Plano Municipal para a Integração de Migrantes e a estimulação da participação pró-ativa de NPT no seu processo de integração, assegurando medidas que promovam a integração multinível. Acresce referir que se procura garantir uma resposta ao nível do atendimento geral personalizado a NPT com vista ao esclarecimento, encaminhamento e/ou resolução das situações apresentadas, bem como promover medidas de capacitação das respostas e técnicos que atuem no domínio da integração da migração legal, promovendo a melhoria contínua do atendimento e recursos de apoio aos NPT;
- A importância do Projeto para a plena integração de nacionais de países terceiros, em diferentes esferas do seu quotidiano nomeadamente nas áreas de serviços de acolhimento e integração, Urbanismo e Habitação, Mercado de Trabalho e Empreendedorismo, Educação e Língua, Capacitação e Formação, Cultura, Saúde, Solidariedade e Resposta Social, Cidadania e Participação Cívica, Media e Sensibilização da Opinião Pública, Racismo e Discriminação, Relações Internacionais e Religião;
- Que serão parceiros financeiros do Município de Braga, a Conquista Vontades – Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal e a Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano, mediante pagamento, de € 20.430,46 e 10.215,23, respetivamente. Estas entidades possuem vários anos de experiência neste contexto, e serão responsáveis pela equipa multidisciplinar e multilingue, constituída por 3 técnicos também eles nacionais de países de países terceiros e com anos de experiência;
- Que as respostas às necessidades de populações devem ser concretizadas através de parcerias locais envolvendo as várias instituições representativas e intervenientes na comunidade local;
- A importância e proficuidade da estreita cooperação entre as autarquias locais e as organizações da sociedade civil que prosseguem objetivos de cariz social como este que, aqui, se evidencia;
- O disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social;

Proponho que o Executivo Municipal delibere no sentido da aprovação do memorando de entendimento, em anexo, a celebrar entre o Município de Braga e a Conquista Vontades – Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal e a Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano.

Braga, 29 de Março de 2022.

A Vereadora da Inovação e Coesão Social


D.ª Carla Sepúlveda



Memorando de entendimento para implementação do projeto
PARCERIA PARA A INTEGRAÇÃO

O objeto do presente memorando de entendimento é a constituição de uma equipa multidisciplinar e multilingue para executar a componente n.º 3 prevista na candidatura “Parceria para a Integração”, apresentada no aviso n.º 98/FAMI/2021.

Importa estabelecer os termos da parceria e as bases de coordenação e definição de papéis de cada entidade.

Assim,

1 – O Município de Braga, no âmbito do projeto “Parceria para a Integração”:

- Promove a apresentação da candidatura, coordena as atividades e sua divulgação e avaliação.
- Assume-se como Coordenador da Parceria, cabendo-lhe a articulação, quer com o Alto Comissariado para as Migrações, I.P (ACM, IP), quer com as várias entidades parceiras, competindo-lhe assegurar a distribuição pelos parceiros dos montantes atribuídos e proceder às reposições por inteiro a que haja lugar, sem prejuízo da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas;
- Está disposto a efetuar a distribuição dos montantes atribuídos às associações parceiras por adiantamento, bimestralmente. O montante de cada transferência deverá corresponder a 2 meses do orçamento atribuído à associação, devendo a primeira transferência ocorrer num prazo de 30 dias após a data de início do projeto;
- Como entidade pública, suporta na íntegra a contrapartida pública nacional (relativa a 25% do montante total aprovado para o projeto);
- Indica um técnico, com vínculo ao seu quadro de pessoal, que assume as funções de Coordenador, cabendo a este assegurar a coordenação a nível local e a dinamização, quer do projeto, quer da atividade da Equipa, bem como a sua gestão técnica, organizacional e financeira, em articulação com os serviços financeiros do Município.

2 – A Conquista Vontades - Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal –, no âmbito do projeto “Parceria para a Integração”:

Desenvolve atividades dirigidas a populações migrantes, contribuindo para a integração dos nacionais de países terceiros, para a divulgação dos serviços, ou para a valorização da interculturalidade, indo ao encontro do disposto no referido aviso, concretamente *«que visem o aconselhamento e assistência em domínios como o alojamento, meios de subsistência, aconselhamento administrativo, cuidados de saúde, apoio psicológico e social, assistência a menores e reunificação familiar em estreita articulação com as diversas estruturas locais públicas e privadas»*, cabendo-lhe do orçamento global apresentado em candidatura, o montante **20.430,46€**;

- Sendo uma entidade parceira no âmbito da candidatura, é também entidade beneficiária, estando, por isso, igualmente, sujeita à verificação dos impedimentos e condicionamentos previstos no artigo 14º do Decreto-lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como dos critérios de elegibilidade dos beneficiários constantes do seu artigo 13º, devendo ainda cumprir as obrigações dos beneficiários previstas no artigo 24º do mesmo diploma;
- Indica dois recursos humanos a afetar ao projeto;
- Tem conhecimento que, no âmbito da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas, sempre que uma determinada despesa não seja elegível para efeitos de cofinanciamento, deverá diligenciar no sentido de corrigir o erro que deu origem a esta decisão, sob pena da entidade coordenadora da parceria proceder a acertos nas transferências posteriores.

3 – A Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano (UPE), no âmbito do projeto “Parceria para a Integração”:

Desenvolve atividades dirigidas a populações migrantes, contribuindo para a integração dos nacionais de países terceiros, para a divulgação dos serviços, ou para a valorização da interculturalidade, indo ao encontro do disposto no referido aviso, concretamente *«que visem o aconselhamento e assistência em domínios como o alojamento, meios de subsistência, aconselhamento administrativo, cuidados de saúde, apoio psicológico e social, assistência a menores e reunificação familiar em estreita articulação com as diversas estruturas locais públicas e privadas»*, cabendo-lhe do orçamento global apresentado em candidatura, o montante **10.215,23€**;

- Sendo uma entidade parceira no âmbito da candidatura, é também entidade beneficiária, estando, por isso, igualmente, sujeita à verificação dos impedimentos e condicionamentos previstos no artigo 14º do Decreto-lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, na sua atual redação, bem como dos critérios de elegibilidade dos beneficiários constantes do seu artigo 13º, devendo ainda cumprir as obrigações dos beneficiários previstas no artigo 24º do mesmo diploma;
- Indica o recurso humano a afetar ao projeto;
- Tem conhecimento que, no âmbito da responsabilidade solidária a que todas as entidades parceiras estão obrigadas, sempre que uma determinada despesa não seja elegível para efeitos de cofinanciamento, deverá diligenciar no sentido de corrigir o erro que deu origem a esta decisão, sob pena da entidade coordenadora da parceria proceder a acertos nas transferências posteriores.

Assim, o **Município de Braga**, pessoa coletiva n.º 506901173, com sede na Praça Municipal, neste ato representado por *Ricardo Bruno Antunes Machado Rio*, Presidente da Câmara Municipal, com poderes para o ato;

E

A **Conquista Vontades - Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal** —, pessoa coletiva n.º 513594213, com sede na Junta de Freguesia de Maximinos, na Avenida Imaculada Conceição, n.º 910, 4700-034 Braga, neste ato representado por _____ com poderes para o ato;

E

A **Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano (UPE)**, pessoa coletiva n.º 513574700, com sede na Junta de Freguesia de Maximinos, na Avenida Imaculada Conceição, n.º 910, 4700-034 Braga, neste ato representado por _____ com poderes para o ato;

Assumem o disposto no presente Memorando de Entendimento, que terá início em fevereiro de 2022, após aprovação de cofinanciamento e vigorará até 31/12/2022.

BRAGA, _____ de agosto de 2021.

O Município de Braga

/Ricardo Bruno Antunes Machado Rio/

A Conquista Vontades - Associação dos Imigrantes Senegaleses em Portugal

A Associação Centro Social e Cultural Luso-Ucraniano (UPE)
